

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	16
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	18
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	19
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	20
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	21
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	22
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	23
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	24
----------------------------------	----

Relatório da Administração	26
----------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	60
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	65
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	66
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	11.942
Preferenciais	0
Total	11.942
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	51.589	63.419	82.011
1.01	Ativo Circulante	22.872	22.703	31.523
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	62	100	85
1.01.01.01	Caixa e Bancos	62	100	85
1.01.03	Contas a Receber	550	1.442	2.229
1.01.03.01	Clientes	550	1.442	2.229
1.01.04	Estoques	9.214	14.503	13.544
1.01.06	Tributos a Recuperar	198	198	195
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	198	198	195
1.01.07	Despesas Antecipadas	533	581	351
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	12.315	5.879	15.119
1.01.08.03	Outros	12.315	5.879	15.119
1.01.08.03.01	Outras Contas a Receber	10	17	239
1.01.08.03.02	Adiantamento a Fornecedores	10.032	2.022	186
1.01.08.03.03	Alienação de Bens do Imobilizado	2.273	3.840	14.694
1.02	Ativo Não Circulante	28.717	40.716	50.488
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.289	10.454	11.922
1.02.01.03	Contas a Receber	58	5	5
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	58	5	5
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	1.336	1.658	2.363
1.02.01.07.01	Despesas do Exercício Seguinte	1.336	1.658	2.363
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.895	8.791	9.554
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	1.722	3.675	4.607
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	373	429	259
1.02.01.09.06	Alienação de Bens do Imobilizado	1.800	4.687	4.688
1.02.02	Investimentos	17.584	22.952	15.439
1.02.02.01	Participações Societárias	1	5.411	15.439
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1	5.411	15.439
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	17.583	17.541	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1.02.03	Imobilizado	5.799	7.261	23.050
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.799	7.261	23.050
1.02.04	Intangível	45	49	77
1.02.04.01	Intangíveis	45	49	77
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	45	49	77

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	51.589	63.419	82.011
2.01	Passivo Circulante	49.966	67.031	49.756
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.830	3.071	2.946
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.830	3.071	2.946
2.01.01.02.01	Salários e Encargos Sociais	1.830	3.071	2.946
2.01.02	Fornecedores	15.128	7.532	2.925
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	15.128	7.532	2.925
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	15.128	7.532	2.925
2.01.03	Obrigações Fiscais	549	1.204	808
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	549	1.204	808
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	549	1.204	808
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.754	22.047	5.760
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	4.754	22.047	5.760
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	4.754	22.047	5.760
2.01.05	Outras Obrigações	27.705	33.177	37.317
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	23.565	29.390	29.875
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	23.565	29.390	29.875
2.01.05.02	Outros	4.140	3.787	7.442
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	57	282	284
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	4.083	3.505	7.158
2.02	Passivo Não Circulante	43.304	29.179	41.442
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	15.920	238	12.178
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	15.920	238	12.178
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	15.920	238	12.178
2.02.02	Outras Obrigações	11.597	13.261	13.984
2.02.02.02	Outros	11.597	13.261	13.984
2.02.02.02.03	Financiamentos Securitizados	11.597	13.261	13.984
2.02.03	Tributos Diferidos	3.489	3.523	3.594
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.489	3.523	3.594

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.02.03.01.01	Tributos Diferidos sobre Reavaliação	3.489	3.523	3.594
2.02.04	Provisões	12.298	12.157	11.686
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	12.298	12.157	11.686
2.02.04.01.06	Provisão para Contingências	986	1.253	317
2.02.04.01.07	Provisão Preço Mínimo Ações	3.152	3.152	1.766
2.02.04.01.08	Outros Débitos	8.115	7.752	9.603
2.02.04.01.09	Provisão para perdas em investimentos	45	0	0
2.03	Patrimônio Líquido	-41.681	-32.791	-9.187
2.03.01	Capital Social Realizado	142.652	133.173	127.174
2.03.01.01	Capital Social Realizado	142.652	133.173	127.174
2.03.03	Reservas de Reavaliação	6.507	6.546	6.654
2.03.03.01	Ativos Próprios	6.507	6.546	6.654
2.03.04	Reservas de Lucros	35	35	35
2.03.04.01	Reserva Legal	35	35	35
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-190.875	-172.545	-143.050

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	35.866	32.309	36.305
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-37.926	-34.711	-27.334
3.03	Resultado Bruto	-2.060	-2.402	8.971
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-13.827	-22.340	-13.042
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.420	-1.239	-2.588
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.289	-5.864	-8.898
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	6	-3.823	133
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.669	-1.386	1.600
3.04.05.01	Despesa com Provisão Preço Mínimo Ações	0	-1.386	-3.130
3.04.05.02	Outras Despesas	-2.669	0	4.730
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-5.455	-10.028	-3.289
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-15.887	-24.742	-4.071
3.06	Resultado Financeiro	-2.514	-4.932	-4.754
3.06.01	Receitas Financeiras	4.067	3.908	237
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.581	-8.840	-4.991
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-18.401	-29.674	-8.825
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	33	71	273
3.08.01	Corrente	0	0	-302
3.08.02	Diferido	0	71	575
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-18.368	-29.603	-8.552
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-18.368	-29.603	-8.552
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,53000	3,25000	1,12620
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-1,53000	-3,25000	-1,12619

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	-18.368	-29.603	-8.552
4.03	Resultado Abrangente do Período	-18.368	-29.603	-8.552

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-5.827	-9.348	18.817
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-11.146	-18.250	10.247
6.01.01.01	Resultado do Exercício	-18.368	-29.603	-8.552
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	802	1.323	2.064
6.01.01.03	Baixa de Bens do Ativo Permanente	965	2	13.446
6.01.01.05	Equivalência Patrimonial	5.455	10.028	3.289
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	5.319	8.902	8.570
6.01.02.01	Redução em Clientes	963	787	326
6.01.02.02	Aumento nos Estoques	5.289	-959	-2.001
6.01.02.03	Aumento nos Adiantamentos a Fornecedores	-8.010	-1.836	347
6.01.02.04	Redução Tributos a Recuperar	1.953	928	1.151
6.01.02.05	Redução Dir. Realizáveis	4.408	8.288	-8.739
6.01.02.06	Redução Despesas Antecipadas	370	3.030	-2.090
6.01.02.07	Aumento em Fornecedores	7.596	4.607	-3.961
6.01.02.08	Redução Outras Ctas Pagar e Provisões	-7.272	-7.088	25.003
6.01.02.09	Reversão em Provisão para Preço Mínimo Ações	0	1.386	-921
6.01.02.11	Aumento em Depósitos Judiciais	56	-170	30
6.01.02.12	Aumento em Tributos Diferidos	-34	-71	-575
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-347	-260	-8.616
6.02.01	Aplicações no Imobilizado	-305	-260	-8.616
6.02.02	Aplicações em Investimentos	-42	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	6.136	9.623	-11.265
6.03.01	Aumento Empr. Financiamentos	-3.342	3.624	-11.453
6.03.03	Aumento de Capital	9.478	5.999	188
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-38	15	-1.064
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	100	85	1.149
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	62	100	85

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	133.173	6.546	35	-172.545	0	-32.791
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	133.173	6.546	35	-172.545	0	-32.791
5.04	Transações de Capital com os Sócios	9.478	0	0	0	0	9.478
5.04.01	Aumentos de Capital	9.478	0	0	0	0	9.478
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-18.368	0	-18.368
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-18.368	0	-18.368
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-39	0	39	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-39	0	39	0	0
5.07	Saldos Finais	142.651	6.507	35	-190.874	0	-41.681

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	127.174	6.654	35	-143.050	0	-9.187
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	127.174	6.654	35	-143.050	0	-9.187
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.999	0	0	0	0	5.999
5.04.01	Aumentos de Capital	5.999	0	0	0	0	5.999
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-29.603	0	-29.603
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-29.603	0	-29.603
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-108	0	108	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-108	0	108	0	0
5.07	Saldos Finais	133.173	6.546	35	-172.545	0	-32.791

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	126.986	7.740	35	-95.990	0	38.771
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-3.247	0	-3.247
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	126.986	7.740	35	-99.237	0	35.524
5.04	Transações de Capital com os Sócios	188	0	0	0	0	188
5.04.01	Aumentos de Capital	188	0	0	0	0	188
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-44.899	0	-44.899
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-44.899	0	-44.899
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-1.086	0	1.086	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-1.086	0	1.086	0	0
5.07	Saldos Finais	127.174	6.654	35	-143.050	0	-9.187

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	37.216	32.889	42.024
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	37.210	35.059	40.291
7.01.02	Outras Receitas	6	-2.170	1.733
7.01.02.01	Receitas não Operacionais	6	-2.170	1.733
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-26.159	-18.365	-10.509
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-22.158	-12.066	-1.753
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.744	-5.347	-8.290
7.02.04	Outros	-257	-952	-466
7.03	Valor Adicionado Bruto	11.057	14.524	31.515
7.04	Retenções	-805	-1.323	-2.064
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-805	-1.323	-2.064
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	10.252	13.201	29.451
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-2.771	-10.763	-3.052
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-6.838	-10.888	-3.289
7.06.02	Receitas Financeiras	4.067	125	237
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	7.481	2.438	26.399
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	7.481	2.438	26.399
7.08.01	Pessoal	17.834	22.907	21.758
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.417	16.156	15.700
7.08.01.02	Benefícios	1.942	3.870	3.662
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.959	1.717	1.440
7.08.01.04	Outros	516	1.164	956
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.576	1.255	1.105
7.08.02.01	Federais	1.417	1.039	929
7.08.02.02	Estaduais	45	98	9
7.08.02.03	Municipais	114	118	167
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.439	7.982	8.958
7.08.03.01	Juros	6.439	7.982	7.513
7.08.03.02	Aluguéis	0	0	1.445

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-18.368	-31.092	-8.552
7.08.05	Outros	0	1.386	3.130
7.08.05.01	Garantia de preço Mínimo sobre Ações	0	1.386	3.130

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	92.735	110.110	122.862
1.01	Ativo Circulante	24.699	34.280	43.009
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	65	314	126
1.01.01.01	Caixa e Bancos	65	314	126
1.01.02	Aplicações Financeiras	300	0	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	300	0	0
1.01.02.01.03	Aplicações de Liquidez Imediata	300	0	0
1.01.03	Contas a Receber	720	1.441	2.270
1.01.03.01	Clientes	720	1.441	2.270
1.01.04	Estoques	9.876	15.085	14.428
1.01.06	Tributos a Recuperar	376	1.326	822
1.01.07	Despesas Antecipadas	988	1.380	756
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	12.374	14.734	24.607
1.01.08.03	Outros	12.374	14.734	24.607
1.01.08.03.01	Outras Contas a Receber	10	22	239
1.01.08.03.02	Adiantamento a Fornecedores	10.091	3.828	412
1.01.08.03.03	Alienação de Bens do Imobilizado	2.273	10.884	23.956
1.02	Ativo Não Circulante	68.036	75.830	79.853
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	12.964	16.541	18.991
1.02.01.03	Contas a Receber	807	39	39
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	807	39	39
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	4.077	4.819	5.985
1.02.01.07.01	Despesas do Exercício Seguinte	4.077	4.819	5.985
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	8.080	11.683	12.967
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	3.077	3.675	4.621
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	1.303	1.421	1.251
1.02.01.09.06	Alienação de Bens do Imobilizado	3.700	6.587	7.095
1.02.02	Investimentos	17.583	17.541	0
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	17.583	17.541	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1.02.03	Imobilizado	37.226	41.497	60.581
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	37.226	41.497	60.581
1.02.04	Intangível	263	251	281
1.02.04.01	Intangíveis	263	251	281

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	92.735	110.110	122.862
2.01	Passivo Circulante	22.414	78.551	30.824
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.855	3.134	3.093
2.01.02	Fornecedores	5.538	8.794	6.232
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.538	8.794	6.232
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.909	2.283	1.750
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.909	2.283	1.750
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.909	2.283	1.750
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	6.068	53.069	11.448
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	6.068	53.069	11.448
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	6.068	53.069	11.448
2.01.05	Outras Obrigações	7.044	11.271	8.301
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.473	6.937	0
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	2.473	6.937	0
2.01.05.02	Outros	4.571	4.334	8.301
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	140	324	327
2.01.05.02.05	Outros Débitos	4.431	4.010	7.974
2.02	Passivo Não Circulante	112.002	64.350	101.798
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	52.701	238	34.804
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	52.701	238	34.804
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	52.701	238	34.804
2.02.02	Outras Obrigações	30.383	34.621	36.920
2.02.02.02	Outros	30.383	34.621	36.920
2.02.02.02.03	Financiamentos Securitizados	30.383	34.621	36.920
2.02.03	Tributos Diferidos	9.060	9.569	10.098
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.060	9.569	10.098
2.02.03.01.01	Tributos Diferidos Sobre Reavaliação	9.060	9.569	10.098
2.02.04	Provisões	19.858	19.922	19.976
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.152	3.152	1.766

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.02.04.01.05	Provisão Preço Mínimo (Incorporação)	3.152	3.152	1.766
2.02.04.02	Outras Provisões	16.706	16.770	18.210
2.02.04.02.04	Obrigações em Contingência	1.189	1.353	448
2.02.04.02.08	Outros Debitos	15.517	15.417	17.762
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-41.681	-32.791	-9.760
2.03.01	Capital Social Realizado	142.652	133.173	127.174
2.03.01.01	Capital Social Realizado	142.652	133.173	127.174
2.03.03	Reservas de Reavaliação	6.507	6.546	6.654
2.03.03.01	Ativos Próprios	6.507	6.546	6.654
2.03.04	Reservas de Lucros	35	35	35
2.03.04.01	Reserva Legal	35	35	35
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-190.875	-172.545	-143.623

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	45.510	37.352	56.056
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-48.701	-44.791	-44.307
3.03	Resultado Bruto	-3.191	-7.439	11.749
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.495	-13.912	-11.261
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.600	-1.304	-2.438
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.741	-7.048	-11.426
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	515	-4.174	300
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.669	-1.386	2.303
3.04.05.01	Despesa com Provisão Preço Mínimo Ações	0	-1.386	-3.130
3.04.05.02	Outras Despesas	-2.669	0	5.433
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-12.686	-21.351	488
3.06	Resultado Financeiro	-6.191	-8.781	-9.725
3.06.01	Receitas Financeiras	10.350	9.983	302
3.06.02	Despesas Financeiras	-16.541	-18.764	-10.027
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-18.877	-30.132	-9.237
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	509	529	685
3.08.01	Corrente	0	0	-302
3.08.02	Diferido	509	529	987
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-18.368	-29.603	-8.552
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-18.368	-29.603	-8.552
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-18.368	-29.603	-8.552
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,53000	3,25000	1,12620
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-1,53000	-3,25000	-1,12619

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-18.368	-29.603	-8.552
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-18.368	-29.603	-8.552
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-18.368	-29.603	-8.552

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-8.992	-10.066	24.963
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-12.661	-24.167	17.074
6.01.01.01	Resultado do Exercício	-18.368	-29.030	-8.552
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	4.006	4.754	5.871
6.01.01.03	Baixa de Bens do Ativo Permanete	1.701	109	19.755
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	3.669	14.101	7.889
6.01.02.01	Aumento em Clientes	890	829	266
6.01.02.02	Redução nos Estoques	5.209	-657	-2.094
6.01.02.03	Aumento nos Adiantamentos a Fornecedores	-6.263	-3.416	233
6.01.02.04	Aumento Tributos à Recuperar	1.548	441	6.091
6.01.02.05	Aumento Dir. Realizáveis	10.742	11.009	-2.278
6.01.02.06	Redução Despesas Antecipadas	1.134	-5.218	-6.094
6.01.02.07	Aumento Tributos Diferidos	-509	-529	-1.202
6.01.02.08	Redução em Fornecedores	-3.256	2.562	-1.098
6.01.02.09	Reversão em Provisão Preço Mínimo Ações	0	1.386	-921
6.01.02.10	Aumento em Outras Contas a Pagar e Provisões	-5.944	7.864	14.956
6.01.02.11	Redução em Depósitos Judiciais	118	-170	30
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.094	-501	-13.955
6.02.01	Aplicações no Imobilizado	-1.436	-501	-13.955
6.02.02	Aplicações em Investimentos	342	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	10.137	10.755	-12.562
6.03.01	(Aumento/Redução) Empr. Financiamentos	659	4.756	-12.750
6.03.02	Aumento Capital Social	9.478	5.999	188
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	51	188	-1.554
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	314	126	1.680
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	365	314	126

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	133.173	6.546	35	-172.545	0	-32.791	0	-32.791
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	133.173	6.546	35	-172.545	0	-32.791	0	-32.791
5.04	Transações de Capital com os Sócios	9.478	0	0	0	0	9.478	0	9.478
5.04.01	Aumentos de Capital	9.478	0	0	0	0	9.478	0	9.478
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-18.368	0	-18.368	0	-18.368
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-18.368	0	-18.368	0	-18.368
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-39	0	39	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-39	0	39	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	142.651	6.507	35	-190.874	0	-41.681	0	-41.681

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	127.174	6.654	35	-143.050	0	-9.187	0	-9.187
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	127.174	6.654	35	-143.050	0	-9.187	0	-9.187
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.999	0	0	0	0	5.999	0	5.999
5.04.01	Aumentos de Capital	5.999	0	0	0	0	5.999	0	5.999
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-29.603	0	-29.603	0	-29.603
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-29.603	0	-29.603	0	-29.603
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-108	0	108	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-108	0	108	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	133.173	6.546	35	-172.545	0	-32.791	0	-32.791

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	126.986	7.740	35	-95.990	0	38.771	0	38.771
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-3.247	0	-3.247	0	-3.247
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	126.986	7.740	35	-99.237	0	35.524	0	35.524
5.04	Transações de Capital com os Sócios	188	0	0	0	0	188	0	188
5.04.01	Aumentos de Capital	188	0	0	0	0	188	0	188
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-44.899	0	-44.899	0	-44.899
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-44.899	0	-44.899	0	-44.899
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-1.086	0	1.086	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-1.086	0	1.086	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	127.174	6.654	35	-143.050	0	-9.187	0	-9.187

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	47.865	38.045	63.037
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	47.350	40.254	60.434
7.01.02	Outras Receitas	515	-2.209	2.603
7.01.02.01	Receitas não Operacionais	515	-2.209	2.603
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-35.165	-26.756	-24.811
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-30.377	-20.005	-15.289
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.046	-5.744	-9.012
7.02.04	Outros	-742	-1.007	-510
7.03	Valor Adicionado Bruto	12.700	11.289	38.226
7.04	Retenções	-4.006	-4.754	-5.871
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.006	-4.754	-5.871
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	8.694	6.535	32.355
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	10.350	340	302
7.06.02	Receitas Financeiras	10.350	340	302
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	19.044	6.875	32.657
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	19.044	6.875	32.657
7.08.01	Pessoal	18.188	23.247	22.127
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.573	16.476	16.035
7.08.01.02	Benefícios	1.946	3.877	3.666
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.054	1.760	1.470
7.08.01.04	Outros	615	1.134	956
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.536	883	867
7.08.02.01	Federais	1.360	601	538
7.08.02.02	Estaduais	56	145	140
7.08.02.03	Municipais	120	137	189
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	17.688	13.837	18.215
7.08.03.01	Juros	17.688	12.451	13.638
7.08.03.02	Aluguéis	0	0	1.447
7.08.03.03	Outras	0	1.386	3.130

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-18.368	-31.092	-8.552
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-18.368	-31.092	-8.552

Relatório da Administração

POMI FRUTAS S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 1º DE JANEIRO DE 2015

Senhores Acionistas,

Enviamos para o seu conhecimento os demonstrativos econômicos e financeiros referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Abaixo seguem comentários sobre itens que consideramos relevantes no desempenho da Companhia.

Mensagem da Diretoria

Para a Companhia, o ano de 2016 foi marcado por forte quebra da safra em quantidade e qualidade, de um lado, e por programa de reestruturação operacional, de outro.

Foram implementadas medidas visando a diluição de risco no campo, através da redução de plantios sob gestão direta da Companhia concentradas na região de Fraiburgo onde quase 50% da área de produção foi erradicada levando a importantes ajustes corporativos.

De outro lado, foi intensificado o programa de fomentos junto a produtores em outras áreas, notadamente na região de São Joaquim, em volume suficiente para recompor o volume ideal de produção de frutas para maximização da utilização da capacidade instalada de processamento e armazenamento de frutas.

A conclusão das renegociações das dívidas da Companhia com o BRDE, principal credor da empresa, conforme veiculado através de comunicados ao mercado foi o evento de maior importância do exercício. Este equacionamento financeiro coloca o passivo da Companhia em patamares readequados em valor e no cronograma de pagamentos, através de fluxo de vencimento compatível com a capacidade de pagamento da Companhia.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A safra brasileira de 2015/2016 apresentou desempenho muito inferior às safras normais. O inverno praticamente inexistente na região de Fraiburgo, uma das principais regiões produtoras, seguido de uma temporada longa de chuvas afetou duramente o rendimento dos pomares em quantidade e qualidade da fruta, além de onerar sobremaneira o custo de produção no campo. Assim, o rendimento da safra 2015/2016 ficou muito aquém dos padrões normais de produção e produtividade. O volume realizado esteve próximo a 20 toneladas por hectare quando o normalmente esperado é de aproximadamente 42 toneladas por hectare.

Os resultados foram impactados negativamente pelo baixo volume de produção o que aliado aos elevados gastos, ainda que não recorrentes, para implementação do novo modelo de negócio, acabou impossibilitando a geração de ganho nas atividades operacionais.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 1º DE JANEIRO DE 2015 (CONTINUAÇÃO)

Ainda assim, favorecida por melhora dos preços pela escassez de fruta, foi possível dar prosseguimento às importantes ações voltadas à diluição de risco do negócio, com incremento forte na política de produção de frutas em novas áreas geográficas, comercialização de outras frutas, notadamente ameixa, kiwi e pera.

Vale mencionar o retorno da estratégia de comercialização de frutas no mercado internacional.

Relatório da Administração

A receita líquida ao longo do ano de 2016 foi de R\$ 45,5,3 milhões, um aumento de 22%, em comparação com o ano de 2015 (R\$ 37,3 milhões). Já o volume total comercializado neste período foi de 21,7 mil toneladas (contra 31,5 mil toneladas em 2015), o que representa variação percentual negativa de 31%

A variação positiva de preços ao longo do ano, por conta da quebra da safra, não foi suficiente para sustentar a geração de resultado operacional da Companhia no ano já que, da quantidade total de frutas comercializadas, além de pequena, teve uma forte participação de frutas destinadas à indústria com significativo sacrifício da rentabilidade.

Excluindo o impacto das despesas não recorrentes, a Pomifrutas apresentou resultado operacional (EBITDA) negativo de R\$ 2,3 milhões em 2016 (EBTIDA negativo de R\$ 8,9 milhões de 2015) com queda de 74,2% sobre equivalente anterior, mesmo num cenário completamente adverso.

O Prejuízo Líquido em 2016 foi de R\$ 18,4 milhões, frente a R\$ 29 milhões de Prejuízo Líquido em 2015 observando-se uma redução de 36,6%

Recursos Humanos

A Companhia promoveu, ao longo deste ano, redução do quadro de pessoal, vinculado direta e proporcionalmente às atividades do período de safra ou entressafra em conformidade à nova estratégia de negócios

Investimentos

Os investimentos no exercício de 2016 se destinaram a manutenção do parque industrial.

Pesquisa e desenvolvimento

Não foram feitos investimentos relevantes no exercício de 2016.

Proteção ao meio-ambiente

A empresa desenvolve suas operações atendendo as exigências ambientais e legais tendo renovado sua certificação Global Gap, fundamental para credenciar a empresa como exportadora ao mercado europeu.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 1º DE JANEIRO DE 2015 (CONTINUAÇÃO)

Safra 2016/2017.

Em relação à safra 2016/17, as informações prévias dão conta de que os padrões técnicos necessários, do ponto de vista climático, para a formação das frutas foram positivos. O inverno foi intenso e pouco chuvoso, gerando frio suficiente para produção de maçãs das variedades gala e fuji. Os números prévios da safra apontam para rendimentos dentro dos padrões, tanto em quantidade quanto em qualidade da safra.

A comercialização da safra 2016/2017 só teve início no final do mês de janeiro, com atraso de algumas semanas. A Companhia espera comercializar ao longo do ano de 2017, aproximadamente 30 mil toneladas (dos quais cerca de 5% deverão ser destinados ao mercado externo), dos quais aproximadamente 16,5 mil toneladas de sua colheita e o restante proveniente de parceiras na modalidade de fomento.

Gostaríamos de manifestar o reconhecimento a nossos funcionários por sua dedicação e comprometimento bem como a nossos fornecedores, fomentados e agentes financeiros pelo apoio com que temos sido distinguidos. PÁGINA: 27 de 66

Relatório da Administração

Atualmente, os órgãos de administração da Companhia têm a seguinte composição:

Diretoria

Marcos Kassardjian – Diretor

Luís Antônio López Quintans – Diretor de Relações com Investidores

Conselho de Administração

Marcos Kassardjian (Presidente)

Marcio Guedes Pereira Junior

Alfredo Sergio Lazzareschi

Bruno Keesse Pinto

Rogério Pereira de Oliveira

Notas Explicativas

POMI FRUTAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Pomi Frutas S.A. (“Companhia”), localizada em Fraiburgo – SC, foi constituída em novembro de 1962 e tem como atividades preponderantes o cultivo e a venda de maçãs, além da fruticultura. Atua, também, em outras atividades como o florestamento e reflorestamento, produção de mudas e sementes, apicultura, extrativismo vegetal de florestas nativas ou formadas, industrialização de frutas, comércio, exportação e importação de frutas, verduras e seus derivados, insumos e embalagens e a prestação de serviços nas áreas de classificação e armazenagem de produtos vegetais.

A Companhia obteve Registro de Capital Aberto sob o nº 01965-8, junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 28 de dezembro de 2004.

2. CONTROLADA

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis e as instruções normativas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, abrangendo as informações financeiras da Companhia e sua controlada integral Pomifrai Fruticultura S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base, com adoção uniforme das práticas contábeis.

Foram eliminados os investimentos na proporção da participação detida pela investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das investidas e, os saldos ativos, passivos, receitas, despesas e resultados não realizados decorrentes de operações entre Companhia e Controlada.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE (COM RELAÇÃO ÀS NORMAS IFRS E ÀS NORMAS DO CPC)

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas Internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Essas práticas diferem das IFRS, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, onde para fins de IFRS os investimentos seriam avaliados pelo custo ou valor justo.

Cabe destacar que, não existem diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado no consolidado e o patrimônio líquido e resultado da controladora. Assim, as demonstrações financeiras consolidadas e as informações individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de informações.

Notas Explicativas

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeira.

Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e 1º de janeiro de 2015

As informações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e os saldos iniciais de 1º de janeiro de 2015, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras daquele exercício, estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa (IAS 8) e Retificação de Erro e CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1).

Esta reapresentação decorre da mudança na prática contábil relacionada ao registro das operações inerentes ao Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA. O referido programa condiciona à aquisição de Certificados do Tesouro Nacional ("CTN"), por parte dos devedores, com valor de face equivalente ao da dívida a ser renegociada.

Anteriormente, tendo em vista que os "CTN's" terão o mesmo valor de face do saldo devedor na data de vencimento, a Companhia não registrava em suas demonstrações financeiras os valores contábeis dos ativos e dos passivos na data de cada fechamento, muito embora essa informação, e o correspondente "descasamento" existente entre as CTN's e o saldo devedor, estivesse devidamente evidenciado em notas explicativas (que são parte integrante das demonstrações financeiras).

Visando adequar suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas às premissas dos CPCs 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, bem como para pleno atendimento às disposições e solicitações da CVM – Comissão de valores mobiliárias, a Companhia revisou e retificou sua prática contábil de reconhecimento desta operação, passando a registrar a mesma, a luz dos referidos normativos contábeis.

Dessa forma, os efeitos da aplicação do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa (IAS 8) e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1), estão demonstrados a seguir:

	31/12/2015 (Consolidado)		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Representado
Passivo e patrimônio líquido			
Empréstimos e financiamentos	(53.307)	(34.621)	(87.928)
Prejuízos acumulados	(137.687)	(34.858)	(172.545)
Resultado do exercício			
Receitas financeiras	340	9.643	9.983
Despesas financeiras	(10.847)	(7.917)	(18.764)
	01/01/2015 (Consolidado)		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Representado
Passivo e patrimônio líquido			
Empréstimos e financiamentos	46.252	36.347	82.599
Prejuízos acumulados	(106.703)	(36.347)	(143.050)

Aprovação das demonstrações financeiras

A conclusão da elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas pela Administração deu-se em 24 de março de 2017.

Notas Explicativas

3.2. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

3.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas do IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre as incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: clientes, tributos a recuperar, imobilizado, provisão para contingências, provisão para preço mínimo de ações e provisão para contingências.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela empresa investida da Companhia.

4.1. BASE DE CONSOLIDAÇÃO

Controlada

A Companhia controla uma investida quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data que o controle inicia até a data que o controle é perdido.

As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as demonstrações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre Controladora e Controlada são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com empresa investida registrada por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

4.2. APURAÇÃO DO RESULTADO

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas e despesas financeiras.

4.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada reconhecem a baixa de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e sua controlada nos ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e os valores líquidos somente são apresentados no balanço patrimonial quando as empresas detenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada classificam os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalente de caixa (excetadas aplicações financeiras que são classificadas pelo valor justo por meio do resultado), clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de arrendamentos e aluguéis.

Caixa e equivalentes de caixa

Notas Explicativas

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações do circulante.

b. Passivos Financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e sua controlada baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

A Companhia e sua controlada têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, e outras obrigações.

Capital social

As ações ordinárias da Companhia são classificadas como patrimônio líquido.

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributáveis.

O estatuto social estabelece que, aos acionistas serão assegurados dividendos mínimos de 30% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202, da Lei nº 6.404/76. A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio será feita na forma da Lei nº 9.249/95.

d. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e sua controlada não possuem instrumentos financeiros derivativos nem instrumentos de hedge accounting.

4.4. CONTAS A RECEBER

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos), e ajustadas por provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída em montante considerado suficiente pela administração, para fazer face a eventuais perdas na realização.

4.5. ESTOQUES

Os estoques de mercadorias e materiais de consumo, incluindo a safra de maçãs próprias em formação, estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção, e não excedem aos respectivos valores líquidos de realização. Todos os custos de produção incorridos na formação dos estoques, tanto o valor apurado no pomar (formação da fruta) quanto ao valor agregado no *Packing House* (armazenagem, classificação e embalagem), são agregados ao estoque e baixados conforme sua venda mensal.

4.6. IMOBILIZADO

Notas Explicativas

O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de reavaliação de exercícios anteriores, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

As depreciações são calculadas pelo método linear, em função da expectativa de vida útil econômica dos bens.

A Companhia optou por manter os saldos existentes da reavaliação, os quais serão realizados de acordo com a depreciação ou baixas dos bens reavaliados. Em função da reavaliação ocorrida em 29 de dezembro de 2006, novas taxas de depreciação foram atribuídas aos pomares, edificações urbanas e rurais, considerando o tempo de vida útil econômica remanescente a partir de janeiro de 2007. Especificamente, aos pomares, foram aplicadas taxas anuais de depreciação diferenciadas, considerado o período de vida útil produtiva de cada pomar.

Os bens patrimoniais estão registrados ao custo de aquisição ou construção, complementado com o acréscimo de custo atribuído a determinadas classes de imobilizado, devidamente suportado por laudo de avaliação patrimonial elaborado por empresa especializada e as depreciações são calculadas pelo método linear, em função da expectativa de vida útil econômica dos bens.

4.7. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT)

a. Ativos financeiros

Um ativo financeiro é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

b. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, com exceção do estoque e do imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

4.8. INTANGÍVEL

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e sua controlada e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

4.9. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Notas Explicativas

4.10. AJUSTES A VALOR PRESENTE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os ativos e passivos não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários do circulante é calculado e, somente, registrado se considerado relevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado considerando os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.11. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e a atualização monetária de juros sobre obrigações tributárias/sociais, e de dívidas junto aos credores (recuperação extrajudicial).

4.12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE LUCRO

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, considerando a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias e créditos tributários entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Pelo fato da Companhia estar enquadrada no ramo de “atividade rural”, ela faz jus ao direito de compensar 100% de seus resultados tributáveis com prejuízos fiscais oriundos da atividade rural. O lucro advindo de atividade “não rural, operacional ou não” deve ser compensado no limite de 30%, conforme RIR/99.

4.13. LUCROS OU PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo é efetuado segundo a equação “lucro líquido/prejuízo/quantidade de ações em circulação” no encerramento de cada exercício.

4.14. NOVAS INTERPRETAÇÕES NÃO ADOTADAS

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pela CVM, baseada em pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

Notas Explicativas

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substituiu as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo de redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

Embora a Companhia não tenha finalizado a análise IFRS 9, para adoção dessa norma não é esperado um impacto relevante nas demonstrações financeiras. As novas disposições sobre a classificação dos ativos dependendo do modelo de negócios existente para esses ativos poderá dar origem a alterações na mensuração e apresentação e as disposições sobre a contabilização por perdas para redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros, podendo gerar em determinados casos uma antecipação do reconhecimento dessas perdas

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas informações contábeis intermediárias e nas suas divulgações

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas informações financeiras individuais e consolidadas do Grupo:

- Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações da IAS 16 e IAS 38);
- Defined Benefit Plans: Employee Contributions (Plano de Benefício Definido: Contribuição de empregados) (alteração da IAS 19);
- Melhorias anuais das IFRSs de 2010-2011;
- Melhorias anuais das IFRSs de 2011-2013.

Embora uma estimativa confiável dos efeitos quantitativos não seja possível até que o processo de implementação da nova regra esteja concluído, avaliamos que não haverão impactos significativos para Companhia e sua controlada.

IFRS 16 IFRS 16 Arrendamentos

Em janeiro de 2016, o IASB emitiu a IFRS 16 "Arrendamentos", sendo aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. Inicialmente, a administração avalia que a aplicação dessa norma não deverá gerar efeito material sobre a apresentação dos resultados de suas operações, em virtude da Companhia não estar auferindo receitas dessa natureza.

Não há outras normas do IFRS ou interpretações do IFRIC atuais que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.

Notas Explicativas

4.15. DEMONSTRAÇÕES DE VALOR ADICIONADO

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

4.16. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas controladas que desenvolve atividades de negócio das quais é possível obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do Grupo.

Atualmente a Companhia e sua controlada operam em um único segmento que é o cultivo e a venda de maçãs.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
Caixa	6	10	6	15
Banco conta movimento	56	90	59	294
Aplicações financeiras	-	-	300	5
	<u>62</u>	<u>100</u>	<u>365</u>	<u>314</u>

6. CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
Duplicatas a receber	1.034	2.902	1.384	4.756
Duplicatas descontadas - Bancos	-	(225)	-	(656)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(484)	(1.235)	(664)	(2.659)
	<u>550</u>	<u>1.442</u>	<u>720</u>	<u>1.441</u>

Notas Explicativas

A composição dos saldos a receber de clientes por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/dez/15	31/12/2016	31/dez/15
A vencer	407	1.421	460	1.851
Vencidas				
Até 30 dias	23	178	60	178
31 a 60 dias	109	59	166	59
61 a 90 dias	11	9	33	9
91 a 180 dias	215	33	249	33
a mais de 180 dias	269	1.202	416	2.626
	<u>1.034</u>	<u>2.902</u>	<u>1.384</u>	<u>4.756</u>

Atualmente a Companhia não possui risco de crédito superior a 6% do saldo do seu contas a receber.

Em 2016, a Administração avaliou a expectativa de realização de sus ativos anteriores a 2010 (que já se encontravam 100% provisionados como perdas) e optou por realizar a baixa definitiva dos mesmos, sem gerar impactos no resultado do exercício.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/dez/15	31/12/2016	31/dez/15
Saldo inicial	(1.235)	(2.831)	(2.659)	(4.193)
Adições	(371)	(119)	(438)	(181)
Recuperações	<u>1.122</u>	<u>1.715</u>	<u>2.433</u>	<u>1.715</u>
	<u>(484)</u>	<u>(1.235)</u>	<u>(664)</u>	<u>(2.659)</u>

A provisão para devedores duvidosos é a melhor estimativa que a Companhia possui e seu montante é considerado pela Administração suficiente para cobrir eventuais perdas com clientes. As contas a receber são baixadas contra a provisão para devedores duvidosos após todos os meios de cobrança terem se esgotado e a possibilidade de recuperação dos valores a receber ser considerada remota. Dessa forma, a Companhia considera como "possível perda" os títulos vencidos acima de 90 dias.

7. ESTOQUES

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/dez/15	31/12/2016	31/dez/15
Produtos em formação (safra da maçã)	7.092	12.624	7.092	12.624
Material consumo e reposição	1.625	1.497	2.181	2.078
Polpa congelada	-	88	-	89
Maçãs próprias	140	16	140	16
Outros	357	278	463	278
	<u>9.214</u>	<u>14.503</u>	<u>9.876</u>	<u>15.085</u>

Os estoques de mercadorias e materiais de consumo, incluindo a safra de maçãs próprias em formação, estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção. A apuração do CPV mensal tem como premissa básica considerar que nos primeiros seis meses do ano toda a fruta industrial, passa a receber somente o custo de pomar (custo agrícola) por ser uma fruta de descarte, não contendo nenhum valor de armazenagem, classificação e embalagem agregado em seu custo.

Assim, nos últimos seis meses do ano a Fruta Industrial é acrescida do custo de armazenagem e classificação.

Para as frutas de categoria comercial, além do custo Pomar (agrícola), são acrescidos os custos apurados no Packing House (armazenagem, classificação e embalagem da fruta), que são atribuídos mensalmente ao custo da fruta classificada e embalada, vendida, ou seja, CPV – Custo de Produto Vendido.

Em linha com as novas diretrizes operacionais da Companhia, estão sendo reduzidos gradativamente os investimentos em estoques próprios de maçãs, em detrimento ao investimento em estoques de terceiros (fomentados), conforme comentado na nota explicativa nº9.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
Circulante				
Cofins	-	-	-	1.153
IRPJ	133	133	222	222
PIS	-	-	-	200
ICMS	1	-	1	-
CSLL	47	47	86	86
IRRF sobre aplicação financeira	14	15	51	56
Contribuição social sobre lucro	3	3	16	15
(-) Provisão de glosas	-	-	-	(406)
	<u>198</u>	<u>198</u>	<u>376</u>	<u>1.326</u>
Não Circulante				
Cofins	1.917	3.702	3.541	3.702
Pis	537	929	849	929
Icms	-	433	-	433
(-) Provisão de glosas	(732)	(1.389)	(1.313)	(2.715)
	<u>1.722</u>	<u>3.675</u>	<u>3.077</u>	<u>3.675</u>

Os montantes de PIS e COFINS a compensar são decorrentes de créditos pela compra de insumos, acumulados em razão da isenção destes tributos nas atividades operacionais da Companhia. Amparada no artigo 16, inciso II da Lei nº 11.116/05, a Companhia realiza compensações junto à Secretaria da Receita Federal, e constitui provisão para perdas correspondente a 30% dos créditos em processo de homologação, tendo como base a média histórica de glosas ocorridas no deferimento desses créditos.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
Adiantamento a fornecedores	10.513	2.558	11.137	4.364
Adiantamento de férias	41	26	41	26
Adiantamento de viagens	3	8	3	8
Adiantamento a funcionários	45	-	45	-
Provisão para perdas	(570)	(570)	(1.135)	(570)
	<u>10.032</u>	<u>2.022</u>	<u>10.091</u>	<u>3.828</u>

Os adiantamentos a fornecedores correspondem, em grande parte, aos valores adiantados a produtores rurais com os quais a Companhia possui contratos para a preparação da safra. Os adiantamentos estão garantidos pelo recebimento das frutas por meio de cédulas de produto rural (CPR).

Conforme informado na nota explicativa nº7, a Companhia vem reduzindo gradativamente os investimentos em estoques próprios de maçãs, em detrimento ao investimento em estoques de terceiros (fomentados).

10. ALIENAÇÃO DE BENS DO IMOBILIZADO

Os valores a receber são provenientes de vendas a prazo de bens imóveis e terrenos rurais, e encontram-se atualizados em conformidade com seus indexadores. Os recebimentos dos saldos em aberto estão atrelados a lavratura das escrituras.

A abertura dos valores a receber está demonstrada a seguir:

Controladora**Controladora**

Pomi Frutas S/A Terrenos ou imóveis	Vencimento Final	Valor Original da Venda	Saldo 31/dez/16
Circulante			
Área de 2.304.100,00 m2	31/12/2015	2.600	88
Área de 4.183.669,38 m ²	31/12/2015	8.500	2.185
			<u>2.273</u>
Não Circulante			
Área de 4.183.669,38 m ²	31/12/2014	7.300	1.800
		18.400	<u>1.800</u>

Controlada

Pomifrai Fruticultura Terrenos ou imóveis	Vencimento Final	Valor Original da Venda	Saldo 31/dez/16
Não Circulante			
Área de 1.234.200,00 m ²	31/12/2014	12.772	538
Área de 2.172.52,00 m ²	20/09/2014	20.700	1.900
			<u>2.438</u>

Notas Explicativas

Consolidado 2015 E 2016

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
Circulante	2.273	3.840	2.273	10.884
Não Circulante	1.800	4.687	4.238	6.587
	4.073	8.527	6.511	17.471

Liquidações ocorridas no exercício

A controlada Pomifrai possuía um saldo antigo a pagar junto ao fornecedor Trombini Embalagens S/A no valor R\$ 3.401, referente ao fornecimento de embalagens (caixas de papelão). Para quitar esta dívida a Companhia celebrou, com a Trombini Embalagens S/A, em exercícios anteriores, um contrato de alienação de bens do ativo imobilizado no valor de R\$ 3.195.

Adicionalmente, no decorrer do exercício 2016, a companhia recebeu R\$7.374, referente a matrículas que se encontravam em processo de conclusão de transferência de propriedade.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
Contribuição Social Rural	-	-	929	929
Depósitos Judiciais CVM	202	292	203	292
Depósitos Judiciais Badesco	139	132	139	132
Celesc/Demanda	-	-	-	63
Depósitos para demanda trabalhista	32	5	32	5
	373	429	1.303	1.421

Contribuição social rural

Amparada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia discutia judicialmente a contribuição previdenciária incidente sobre a comercialização de sua produção rural, considerando a inconstitucionalidade do artigo 22-A da Lei 8.212/91, com as modificações da Lei 10.256/2001.

Em resumo, a Companhia discute o direito de inexistência de contribuição previdenciária sobre salários e demais remunerações pagas aos seus empregados a título de salário-doença, aviso prévio indenizado, do terço sobre férias, auxílio maternidade e horas extras, apenas na controlada.

Depósitos judiciais – CVM

Referem-se a bloqueios judiciais de multas da CVM que estão sendo discutidos pela Companhia.

Depósito judicial BADESC

Notas Explicativas

Refere-se a depósito caução relativo ao contrato da cédula Rural Hipotecaria nº 910380-00 originalmente depositado no montante de R\$119. Este valor corresponde aos juros projetados até o final do contrato, visto que o valor principal está garantido pelo PESA (título público do governo) ao final do contrato.

O valor caucionado será remunerado pelos mesmos índices aplicáveis a cédula de crédito aditada, logo, presumindo-se suficiente para a liquidação de todas as parcelas vincendas. As parcelas vincendas serão quitadas, na data do respectivo vencimento com recursos provenientes do valor caucionado.

12. INVESTIMENTOS E PROVISÃO PARA PERDAS EM INVESTIMENTOS

O saldo de R\$45 registrado na rubrica “Provisão para perdas em investimentos” (no passivo não circulante), que em 2015 possuía saldo positivo no montante de R\$5.411 (registrado na rubrica de investimentos, no ativo não circulante), se refere à participação de 100% no capital da controlada Pomifrai Fruticultura S.A. Em atendimento ao CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto, a Companhia avalia este investimento pelo método de equivalência patrimonial.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reconheceu um resultado negativo de equivalência patrimonial no montante de R\$5.455 (R\$10.028 em dezembro 2015).

13. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
Imóvel rua Nereu Ramos, nº 219	17.583	17.541	17.583	17.541
	<u>17.583</u>	<u>17.541</u>	<u>17.583</u>	<u>17.541</u>

Imóvel rua Nereu Ramos, nº 219

Refere-se ao valor contábil do terreno, instalações e benfeitorias do imóvel situado na Rua Nereu Ramos, nº 219 – Centro, Fraiburgo – SC, no valor de R\$ 17.583. Pelo fato da Companhia não estar utilizando, neste momento, esse imóvel em suas atividades operacionais. Este imóvel foi dado em garantia na renegociação da dívida junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE), entretanto, a sua baixa efetiva, e transferência de posse à Instituição Financeira, ocorrerá somente na quitação efetiva da operação.

Em atendimento ao pronunciamento contábil CPC 28 – Propriedade para Investimentos, a Companhia contratou uma empresa terceirizada especializada para realizar a avaliação de seus imóveis, e confrontou os resultados obtidos com seus saldos contábeis. Nessa análise a Companhia verificou que o saldo contábil de seus imóveis não excedia o valor justo (valor de mercado), não sendo necessário, portanto, constituição de provisão para *impairment*.

14. IMOBILIZADO

Em dezembro de 2016 a Companhia contratou os serviços de empresa especializada para avaliação de seus ativos imobilizados a valor de venda. Com base nesta avaliação, não houve necessidade de constituição de provisão para Impairment nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 27 e Interpretação Técnica ICPC 10, pois não foram identificados eventos ou mudanças em circunstâncias que indiquem que o valor contábil de tais ativos possa não ser recuperável por venda em circunstâncias normais de mercado.

Controladora

Notas Explicativas

	Saldo	Adições	Baixas	Depreciação	Residual
	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/16	31/dez/16	31/dez/16
Imobilizado Próprio em Operação	6.066	234	(787)	(752)	4.763
Edificações	455	6	-	(17)	444
Benfeitorias	405	95	-	(57)	443
Culturas Permanentes	3.456	-	(692)	(457)	2.307
Máquinas e Equipamentos	1.447	107	(24)	(173)	1.357
Câmaras Frigoríficas	-	-	-	-	-
Veículos e Tratores	220	-	(71)	(29)	120
Móveis e Utensílios	83	26	-	(17)	92
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	28	-	-	-	26
Vestiário/Banheiros Vacaria	28	-	-	(2)	26
Imobilizações em Andamento	30	71	(101)	-	-
Benfeitorias	30	71	(101)	-	-
Reavaliações	1.137	-	(77)	(50)	1.010
Terrenos	372	-	-	-	372
Edificações e Benfeitorias	566	-	-	(22)	544
Culturas Permanentes	199	-	(77)	(28)	94
	7.261	305	(965)	(802)	5.799

Consolidado

Notas Explicativas

	Saldo	Adições	Baixas	Depreciação	Residual
	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/16	31/dez/16	31/dez/16
Imobilizado Próprio em Operação	20.359	1.228	(1.228)	(2.335)	18.024
Terrenos	64	-	-	-	64
Edificações	7.788	86	-	(374)	7.500
Benfeitorias	577	439	-	(81)	935
Culturas Permanentes	6.874	-	(1.012)	(1.046)	4.816
Maquinas e Equipamentos	4.506	649	(36)	(759)	4.360
Veículos e Tratores	405	28	(180)	(49)	204
Móveis e Utensílios	145	26	-	(26)	145
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	28	-	-	(2)	26
Vestiário/Banheiros Vacaria	28	-	-	(2)	26
Imobilizações em andamento	237	208	(316)	-	129
Benfeitorias	123	208	(316)	-	15
Florestas em formação	114	-	-	-	114
Reavaliações	1.138	-	(77)	(50)	1.011
Terrenos	372	-	-	-	372
Edificações e Benfeitorias	567	-	-	(22)	545
Culturas Permanentes	199	-	(77)	(28)	94
Ajuste Patrimonial	19.735	-	(80)	(1.619)	18.036
Terrenos	568	-	-	-	568
Edificações	1.921	-	-	(107)	1.814
Benfeitorias	1	-	-	-	1
Maquinas e Equipamentos	5.475	-	(52)	(797)	4.626
Câmaras Frigoríficas	10.979	-	-	(565)	10.414
Veículos e Tratores	770	-	(28)	(146)	596
Móveis e Utensílios	21	-	-	(4)	17
	41.497	1.436	(1.701)	(4.006)	37.226

15. FORNECEDORES

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
Controlada	10.328	3.998	-	-
Fornecedores matriz	4.732	2.595	5.456	7.672
Fornecedores - empréstimos de mercadorias	15	750	22	761
Provisão para juros sobre títulos em atraso	52	186	59	359
Outros fornecedores	1	3	1	2
	15.128	7.532	5.538	8.794

Os saldos desta rubrica se referem aos fornecedores de insumos necessários à fomentação da próxima safra, bem como fornecedores de embalagens e demais materiais necessários para as operações da Companhia e de sua Controlada.

Os prazos médios obtidos junto a nossos principais fornecedores em 2016 são: defensivos agrícolas avista, embalagens - 45 dias, manutenção e outros - 28 dias, e para a maioria dos contratos de prestação de serviços - 30 dias.

A rubrica denominada "Controlada", se refere à parceria rural entre a Companhia e a Controladora Pomifrai. No exercício de 2016, as vendas de maçãs foram, substancialmente, concentradas na controladora Pomifrutas. Sendo assim, foi realizado um número menor de abatimentos de seu saldo devedor, resultando no aumento dos débitos junto à Controlada.

Parceria rural com a controlada

Em janeiro de 2011 a Companhia (na condição de Parceria Produtora) firmou Contrato Particular de Parceria Rural e de Cessão de Estabelecimentos Rurais e de Fundo de Comércio, com sua Controlada Pomifrai Fruticultura S.A (na condição de Parceira Proprietária), visando estabelecer parceria agrícola objetivando a produção, o transporte interno, a armazenagem a frio, a classificação e a embalagem das maçãs produzidas nos imóveis objeto do contrato de parceria rural. Referido contrato foi renovado em outubro de 2015, pela nova Administração.

Encontro de contas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, a Companhia celebrou o encontro de contas para o saldo devido junto ao fornecedor Trombini Embalagens S/A no valor R\$ 3.141. Outros detalhes a respeito desta operação constam na referida nota explicativa.

16. EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

Controladora

Notas Explicativas**16.1 Empréstimos e financiamentos**

a	Pomi Frutas S/A Instituições Financeiras	Taxa Anual Contrato	Vencimento Final	Saldo	Saldo
				31/dez/16	31/dez/15
<u>Provisão de juros PESA</u>					
	Provisão de Juros PESA	10% a 12%	Até dez 2017	645	760
				645	760
<u>BRDE - Renegociação</u>					
	BRDE - Renegociação	TJLP + juros	nov/21	15.920	16.649
				15.920	16.649
<u>Outros empréstimos e financiamentos</u>					
	NBC Bank	14,74%	jun/14	97	280
	Caixa Econômica Federal	NT	-	65	6
	Opinião S/A	-	-	-	2.000
	Bancos Comerciais/GIRO - Brasil	3,5% a.m.	-	-	79
	Fidc Empirica SIFRA	Mercado	jan/17	1.575	-
	Duplicatas Descontadas/ Sifra	Mercado	-	340	-
	Bradesco - CDC Veículos	22,42%	-	29	117
	B. Daycoval S/A	CDI	fev/16	2.000	1.999
	B. Daycoval S/A	CDI	set/16	3	395
	Outros	Imóveis	1,20% a 22,52%	-	-
				4.109	4.876
Total de Empréstimos e Financiamentos				<u>20.674</u>	<u>22.285</u>
Parcela no Circulante				4.754	22.047
Parcela no Não Circulante				15.920	238

Controlada

Notas Explicativas

Pomifrai Fruticultura S/A Instituições Financeiras	Taxa Anual Contrato	Vencimento Final	Saldo 42.735	Saldo 42.369
<i>Provisão de juros PESA</i>				
Provisão de Juros PESA	10% a 12%	Até dez 2017	914	301
			914	301
<i>BRDE - Renegociação</i>				
BRDE	TJLP + juros	nov/21	40	-
BRDE	TJLP + juros	nov/21	23.442	30.721
BRDE	TR	nov/21	13.339	-
			36.821	30.721
<i>Outros empréstimos e financiamentos</i>				
Duplicatas Descontadas/ Sifra	NT	-	360	-
			360	-
Total de Empréstimos e Financiamentos			38.095	31.022
Parcela no Circulante			1.314	31.022
Parcela no Não Circulante			36.781	-

Total de Empréstimos e Financiamentos Consolidado	Saldo 31/dez/16	Saldo 31/dez/15
Parcela no Circulante	6.068	53.069
Parcela no Não Circulante	52.701	238
	58.769	53.307

Garantias

Em garantia dos empréstimos e financiamentos foram oferecidos terrenos, pomares e edificações, exceto para os financiamentos de equipamentos e tratores, cujas garantias são os próprios bens adquiridos.

BRDE – Renegociação (empréstimos securitizados)

Conforme fato relevante divulgado ao mercado, em 15 de dezembro de 2016 a Companhia concluiu a renegociação de suas dívidas (consolidadas) com o BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul), principal credor da Companhia. Referida renegociação incluiu possibilidade de dação em pagamento de ativos não produtivos da Companhia, e a obtenção de substancial bônus de adimplemento.

O acordo envolve (i) no tocante à Controladora Pomifrut, o equacionamento da dívida de R\$20,1 milhões com o BRDE mediante alienação fiduciária de imóveis, prazo de 25 meses para pagamento e carência total até vencimento; (ii) no tocante à Controlada Pomifrai, a consolidação do saldo devedor em R\$36,7 milhões, com a sua divisão em dois sub-créditos: (a) subcrédito “A”, com prazo de pagamento de 10 anos e 2 anos de carência, com bônus de adimplemento (0,5 : 1 a 0,4 : 1) para antecipações durante a carência; e (b) sub-crédito “B”, com vencimento em 10 anos, sendo que o integral e pontual pagamento do subcrédito “A” representará bônus de adimplemento em relação ao sub-crédito “B”; ambos os sub-créditos com a alienação fiduciária de imóveis.

Notas Explicativas

No tocante à dívida da Pomifrutas, a alteração da estrutura de garantia de hipoteca (atual) para alienação fiduciária elimina o risco de cobrança de eventual resíduo dessa parte da dívida em caso de inadimplemento. Como a alienação fiduciária abrangerá ativos não produtivos da Companhia, a renegociação é extremamente positiva pois, no limite, representará a liquidação de R\$20,1 milhões de dívida mediante a dação de tais ativos não produtivos em pagamento ao BRDE. Já no tocante à subsidiária Pomifrai, caso a Companhia seja totalmente bem sucedida em antecipar os pagamentos de 100% do sub-crédito “A” até 31/12/2018, isso poderá representar uma redução de aproximadamente 42% da dívida total da subsidiária Pomifrai com o BRDE (somando-se todos os bônus de adimplemento do sub-crédito “A” e do “B”).

Capital de giro

São contratos de financiamento para reforço do capital de giro da Companhia e de sua controlada

Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)

São contratos de linhas de crédito para exportações futuras, com vencimento no circulante.

Investimento e expansão

Financiamentos do não circulante junto a bancos de fomento ou outras instituições financeiras para investimento na safra de produção, sendo todos com vencimentos acima de um ano.

Provisão de juros – PESA

Referem-se a provisão de juros a pagar no exercício subsequente, que estão vinculados à operação PESA. Esses montantes refletem apenas os empréstimos que não foram securitizados, e que, portanto, demandam os correspondentes dispêndios financeiros por parte da Companhia e de sua controlada. Referidos saldos foram atualizados com base nas taxas dos respectivos contratos, e possuem vencimento em 2017.

A manutenção da operação está diretamente vinculada à adimplência de referidos juros, sendo que, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e sua controlada estão adimplentes com essas obrigações.

17. FINANCIAMENTOS PESA

Notas Explicativas

Controladora

Pomi Frutas S/A Instituições Financeiras	Garantias	Taxa Anual Contrato	Vencimento Final	Saldo Juros				Saldo Juros Não	
				Financiamento 31/dez/16	Circulante 31/dez/16	CTN 31/dez/16	Líquido 31/dez/16	Circulante 31/dez/16	Circulante 31/dez/16
BANCO DO BRASIL S/A 95/000181	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2022	5.167	130	4.148	1.019		821
BADESC 910380677	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2018	968	38	806	162		136
BRABESCO 2000/80	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2020	6.454	193	4.087	2.366		675
BESC CRPH-91	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2022	7.722	276	4.144	3.578		1.751
BESC S/A CRPH 72	Imóveis	IGPM+ 3%	2022	68	7	-	68		68
BRDE 2.1163301-8 - PESA	Imóveis	IGPM+ 3%	2020	9.260	9.260	6.002	3.258		-
BRDE 2.1105401-8 - PESA	Imóveis	IGPM+ 3%	2018	5.244	5.244	4.160	1.084		-
BRDE 10771 Finame - PESA	Imóveis	IGPM+ 3%	2020	96	96	65	31		-
BRDE 10378 Finame - PESA	Imóveis	IGPM+ 3%	2020	96	96	65	31		-
TOTAL				35.074	15.339	23.477	11.597		3.451

Controlada

Pomifrai Fruticultura S/A Instituições Financeiras	Garantias	Taxa Anual Contrato	Vencimento Final	Saldo Juros				Saldo Juros Não	
				Financiamento 31/dez/16	Circulante 31/dez/16	CTN 31/dez/16	Líquido 31/dez/16	Circulante 31/dez/16	Circulante 31/dez/16
BRABESCO 80001	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2018	16.738	531	13.584	3.154		574
BADESC 930841-00-0	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2018	1.154	46	968	186		164
BESC 549700242	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2022	9.562	337	4.975	4.587		2.135
BRDE 7691 - PESA	Imóveis	IGPM+ 3%	2020	15.957	15.957	10.845	5.112		-
BRDE 10.988/13615-02 - PESA	Imóveis	IGPM+ 3%	2022	4.782	4.782	2.438	2.344		-
BRDE 10989/13615-01 - PESA	Imóveis	IGPM+ 3%	2022	6.963	6.963	3.560	3.403		-
TOTAL				55.156	28.616	36.370	18.786		2.873
Total Consolidado				90.230	43.955	59.847	30.383		6.324

A administração da Companhia entende que o risco econômico financeiro relativo ao Programa PESA está nos juros a incorrer, vinculados aos financiamentos no âmbito do Programa PESA. O montante de juros a incorrer totaliza R\$ 6.324; contudo, existem depósitos de R\$2.094 garantindo parte do pagamento dos juros a incorrer, de modo que o saldo é de R\$4.230, conforme segue:

a) Juros Banco BADESC

Em março de 2013 foi depositado ao Banco BADESC, caução relativa ao contrato da cédula Rural Hipotecaria nº 910380-677. O valor corresponde aos juros projetados até o final do contrato em 2018.

b) Juros Banco BRDE

Em abril de 2012, a Companhia e sua controlada repactuaram os financiamentos da modalidade PESA, e os juros foram quitados de forma antecipada. Portanto não há qualquer eventual saldo desta operação.

c) Juros Banco Bradesco

A Companhia assinou, na qualidade de interveniente anuente, contratos nos quais foram realizados depósitos, garantindo os juros até o final dos contratos 2000/80 e 800001.

Outros aspectos em relação ao PESA

A administração da Companhia entende que o descasamento patrimonial de R\$30.383 referente ao Programa PESA deveria considerar a adimplência antecipada dos juros a incorrer e, portanto, que o valor da CTN nesses casos pudesse ser considerado equivalente ao valor do financiamento correspondente, já que, por ocasião do vencimento, o valor da CTN será equivalente ao valor atualizado do principal da dívida. Essa leitura faz com que o

Notas Explicativas

descasamento contábil efetivo da operação PESA em 31 de dezembro de 2016 seja de R\$ 8.318. Sob esse prisma, o Patrimônio Líquido da Companhia seria negativo de R\$ 18.917 em vez de negativo de R\$ 40.982.

Adicionalmente, a Companhia, conservadoramente, provisionou o valor total de R\$ 699 relativo a PIS (0,65%) e COFINS (4%) sobre receitas das CTNs vinculadas ao Programa PESA, a partir de julho de 2015. No entendimento dos assessores jurídicos e da Administração, não pode haver incidência de PIS e COFINS sobre a atualização das CTNs fundamentalmente porque (i) a adesão da Companhia ao Programa PESA é ato jurídico perfeito e lei posterior não pode retroagir para modificá-lo, consoante o disposto no art. 5º, inciso XVI, da Constituição Federal, onerando o participante do Programa com a incidência de tributos que não existiam por ocasião da sua adesão; (ii) as CTNs servem de cobertura para o Programa PESA, de modo que se aplica ao caso o disposto no art. 2º, parágrafo 4º, do Decreto n. 8.426/2015, cuja alíquota sobre receitas financeiras foi reduzida a 0 (zero).

18. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de Ativos e Passivos em 31 de dezembro 2016, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício relativos às operações com Partes Relacionadas decorrem de transações entre a Companhia e sua Controlada, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e condições específicas, considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
Pomifrai Fruticultura S.A. (a)	21.092	22.453	-	-
Débitos com acionistas	2.473	6.937	2.473	6.937
	<u>23.565</u>	<u>29.390</u>	<u>2.473</u>	<u>6.937</u>

a. Conta corrente

A Companhia realiza operações com a Controlada Pomifrai Fruticultura S.A. com a finalidade de viabilizar suas operações. Nessas operações, não há cobrança de encargos financeiros sobre o saldo, bem como, não foi firmado prazo para liquidação dessas obrigações. Referidas movimentações são eliminadas para fins de consolidação.

b. Mútuo

Em 6 de junho de 2016 foi homologado o aumento de capital da Companhia. Com isso, o saldo atualizado do empréstimo devido pela Companhia, ao acionista controlador, naquela data, no valor de R\$8.272 foi integralmente convertido em capital social.

Posteriormente, ao longo do exercício de 2016, foram celebrados contratos de mútuo com o acionista controlador, totalizando o montante de R\$2.473. Referido montante está sendo atualizado com juros equivalente a 100% (cem por cento) do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

19. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
<u>Circulante</u>				
Arrendamentos	823	618	1.017	975
Processos a Pagar	266	-	266	-
Litígio CAM	236	-	236	-
Outros	863	831	873	829
	<u>2.188</u>	<u>1.449</u>	<u>2.392</u>	<u>1.804</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
<u>Não Circulante</u>				
Valores a Restituir de Terceiros	4.000	4.000	7.540	7.540
Arrendamentos	457	1.021	3.516	4.318
	<u>4.457</u>	<u>5.021</u>	<u>11.056</u>	<u>11.858</u>

20. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos oriundos do curso normal das operações, os quais envolvem questões trabalhistas, cíveis e tributárias.

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
Contingências trabalhistas	148	625	169	639
Contingências cíveis	184	628	365	653
Contingências tributárias	654	-	655	61
	<u>986</u>	<u>1.253</u>	<u>1.189</u>	<u>1.353</u>

20.1. Contingências trabalhistas

Notas Explicativas

As provisões para contingências foram constituídas para fazer face a perdas consideradas como prováveis em processos administrativos e judiciais, por valor julgado suficiente pela administração, segundo a avaliação dos assessores jurídicos.

Contingências Trabalhistas	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/15	(625)	(639)
Constituição	-	-
Reversões	477	470
Saldo em 31/12/16	(148)	(169)

Em 31 de dezembro de 2016, a controladora é parte em 21 ações trabalhistas (01 ações com probabilidade de perda provável, 15 possíveis e 05 remotas), acrescida de 03 ações trabalhistas na controlada (03 possíveis), cujas obrigações estimadas apresentaram acima. Em 31 de dezembro de 2016 as contingências trabalhistas com probabilidade de perda classificadas como “possível”, totalizavam o montante de R\$ 112.

20.2. Contingências cíveis

Contingências Cíveis	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/15	(628)	(653)
Constituição	-	-
Reversões	444	288
Saldo em 31/12/16	(184)	(365)

Em 31 de dezembro de 2016, a controladora é parte em 35 ações cíveis, sendo que em 15 ações figura como autora (3 possíveis, 12 remotas), e 20 ações como réu (15 possíveis, 3 remotas, 2 provável), acrescida de 15 ações cíveis na controlada, sendo 8 ações que figura como autora (4 remotas, 1 possível, 3 prováveis) e 7 ações como réu (1 remota e 5 possível, 1 provável). Conforme a opinião dos consultores jurídicos consta, ações judiciais da controladora e da controlada nos montantes de R\$184 e R\$365, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2016 as contingências cíveis com probabilidade de perda classificadas como “possível”, totalizavam o montante de R\$ 244.

20.3. Contingências tributárias

Notas Explicativas

Contingências Tributárias	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/15	-	(61)
Constituição	(654)	(61)
Reversões	-	-
	(654)	(122)

As provisões para contingências tributárias foram constituídas referente atuação da CVM e demais ações judiciais.

20.4. Provisão para garantia de preço mínimo de ações

Conforme fato relevante publicado em 29 de outubro de 2015, a Companhia instaurou formalmente “pedido de instauração de arbitragem”, contra os antigos administradores da Controlada, questionando os procedimentos adotados na incorporação das ações da Controlada pela Pomi Frutas, aprovado em 2010. O referido pedido questiona a regra que impunha a companhia obrigatoriedade de garantir cotação mínima no valor de R\$ 1,00 (um real) para cada uma das ações que foram entregues aos então acionistas da Controlada em virtude da operação de incorporação. Conservadoramente, e com base no posicionamento de seus assessores jurídicos, a Companhia registrou provisão para cobertura de eventuais perdas decorrentes dessa discussão.

21. PARCELAMENTOS DE TRIBUTOS

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
INSS	1.589	2.007	1.353	2.352	1.633	2.047	1.368	2.406
FGTS	215	-	1.962	-	215	-	1.962	-
ICMS	51	49	343	379	51	49	343	379
IRRF	-	-	-	-	(3)	13	-	-
IRPJ/CSLL	-	-	-	-	103	97	788	774
ISS/IPTU	40	-	-	-	40	-	-	-
Total	1.895	2.056	3.658	2.731	2.039	2.206	4.461	3.559

A Companhia formalizou junto à Receita Federal o parcelamento de tributos, totalizando R\$5.553. No consolidado o valor total é de R\$6.500 mil.

22. TRIBUTOS DIFERIDOS SOBRE REAVALIAÇÃO

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	Curto Prazo		Longo Prazo	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
Impostos de Renda Diferido	2.559	2.584	6.655	7.030
Contribuição Social Diferido	930	939	2.405	2.539
Total	3.489	3.523	9.060	9.569

Os valores são compostos por impostos diferidos registrados sobre a reserva de reavaliação realizada. A realização destes montantes ocorrerá com base na alienação ou depreciação dos bens mantidos no ativo imobilizado.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.1. Capital social (em R\$)

Em 06 de junho de 2016 foi ratificado o valor do Aumento de Capital, mediante a emissão de 2.848.723 de um total de 3.582.00 novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 3,35 (três reais e trinta e cinco centavos) por ação, totalizando o valor de R\$ 9.543.222,05, passando o capital social da Companhia de R\$ 133.173.480,00, representado por 9.093.745 para R\$ 142.651.584,75, representado por 11.942.468 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. Com isso, deixaram de ser emitidas as demais ações não subscritas dentro do limite máximo do Aumento de Capital, em um total de 733.277ações não subscritas.

23.2. Reserva de reavaliação

Em 2006, a Companhia reavaliou o total de seus terrenos urbanos, áreas rurais, benfeitorias urbanas, benfeitorias rurais, pomares de maçãs e reflorestamentos de pinus. Estas reavaliações foram registradas com base em laudo de avaliação, preparado por empresa especializada por seus valores de mercado na data da reavaliação, conforme artigo 8º da Lei nº. 6.404/76. O registro da avaliação foi aprovado em assembleia geral extraordinária de 29 de dezembro de 2006.

23.3. Reserva de lucros

Conforme estabelece a legislação societária no Brasil.

23.4. Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social estabelece que, aos acionistas serão assegurados dividendos mínimos de 30% do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404/76. A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio será feita na forma da Lei nº 9.249/95.

Em 31 de dezembro 2016 não houve provisão/distribuição de dividendos, uma vez que, a Companhia apresentou prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia é tributada com base no lucro real anual. Em 31 de dezembro 2016 não foi constituída provisão para o imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social pelo fato de ter havido prejuízo fiscal no período.

Considerando o histórico de resultados tributários negativos, bem como os incentivos fiscais na tributação sobre o resultado existente, para a atividade de produção rural, a Administração optou por não constituir tributos diferidos

Notas Explicativas

sobre diferenças temporárias (adições/exclusões temporárias) e sobre o prejuízo fiscal, uma vez que não conseguiria demonstrar o prazo no qual o ativo seria realizado.

25. DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
Honorários Advocatícios Processos CAM	(793)	-	(793)	-
Reapresentação ITR 2015	(112)	-	(112)	-
Ajuste quadro de pessoal	(790)	-	(790)	-
Processos a Pagar	(316)	-	(316)	-
Baixa Prescrição saldo ICMS	(394)	-	(394)	-
Outros	(264)	-	(264)	-
	<u>(2.669)</u>	<u>-</u>	<u>(2.669)</u>	<u>-</u>

Referem-se, a gastos com reestruturação, custas judiciais, custos com a readquirição do quadro de pessoal e outras despesas, todas de caráter extraordinários, ou seja, não recorrentes.

26. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Notas Explicativas

RESULTADO FINANCEIRO PESA	Controladora		Consolidado	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
<u>Receitas Financeiras - PESA</u>				
Variações Monetária - CTNs	1.396	1.687	3.560	4.300
Juros - CTNs	2.515	2.096	6.412	5.344
	<u>3.911</u>	<u>3.783</u>	<u>9.972</u>	<u>9.644</u>
<u>Despesas Financeiras - PESA</u>				
Variações Monetárias	(1.197)	(2.253)	(3.475)	(6.011)
Juros	(889)	(809)	(2.097)	(1.907)
	<u>(2.086)</u>	<u>(3.062)</u>	<u>(5.572)</u>	<u>(7.918)</u>
OUTROS RESULTADOS FINANCEIROS	Controladora		Consolidado	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
<u>Receitas Financeiras</u>				
Juros Ativos	40	30	256	60
Variação Cambial	36	-	36	90
Variação Monetária Ativa	76	73	76	166
Descontos Recebidos	3	22	10	24
	<u>155</u>	<u>125</u>	<u>378</u>	<u>340</u>
<u>Despesas Financeiras</u>				
Juros e Despesas sobre Financiamentos	(1.851)	(2.749)	(6.509)	(5.888)
Juros Passivos	(1.040)	(1.360)	(948)	(1.635)
Descontos Concedidos	(47)	-	(49)	-
Despesas Bancárias	(117)	(49)	(167)	(61)
Multas Contratuais	(6)	(6)	(163)	(155)
Despesas Descontos Duplicatas	(669)	(953)	(836)	(1.086)
Juros e despesas c/ custeio	(764)	(661)	(2.203)	(2.022)
	<u>(4.494)</u>	<u>(5.778)</u>	<u>(10.875)</u>	<u>(10.847)</u>
Total Líquido	<u>(2.514)</u>	<u>(4.932)</u>	<u>(6.097)</u>	<u>(8.781)</u>

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE GERENCIAMENTO DE RISCO**

A Companhia monitora, continuamente, seus riscos de mercado relacionados com variação cambial, oscilação nas taxas de juros, volatilidade nos preços das frutas no mercado nacional e internacional e os riscos de crédito, inerentes aos seus negócios. Esse monitoramento é acompanhado pela Administração e pelo Conselho de

Notas Explicativas

Administração. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a atividade preponderante da Companhia é o cultivo e a venda de maçãs, no país e no exterior, acarretando os seguintes principais fatores de risco:

30.1 Risco cambial

A Companhia registrou exportações no passado, cujos destinos foram Europa e Ásia, expondo assim suas operações ao risco da variação cambial da receita. Para mitigar esse risco a Companhia efetua empréstimos vinculados a moeda estrangeira (ACC – Adiantamento de Contrato de Câmbio e ACE – Adiantamento de Contrato de Exportação), cuja quitação, registrada no Banco Central, é feita diretamente por esses recebíveis em moeda estrangeira.

30.2 Risco de crédito

As vendas a prazo estão vinculadas à análise de crédito dos clientes, e acompanham os prazos de financiamento do segmento de maçãs, incluindo, em caso de novos clientes, a exigência de pagamento parcial antecipado, para cobertura de despesas, em caso de desistência do negócio.

30.3 Riscos de taxa de juros

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para proteção dos riscos de variações nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos, apresentados na nota explicativa nº 13. A administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger da volatilidade dessas taxas.

As taxas de juros contratadas na captação dos empréstimos refletem as condições de negociação de cada instituição financeira no momento da contratação, garantias oferecidas, risco Brasil, taxas Libor, entre outros.

30.4 Derivativos e operações de hedge

A Companhia não possui, derivativos contratados e operações de hedge.

28. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros estabelecida pela administração para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida da seguinte forma:

Ramo	Cobertura por evento	Controladora	Consolidado	Vigência Final
Risco Operacionais	Danos Materiais	49.513	96.813	16/04/2017
Funcionários	Acidentes com DMHO	21.000	21.000	30/11/2016
Responsabilidade Civil	Danos Materiais	26.000	26.000	26/05/2017
Respons. Civil Administradores	Danos diversos	19.450	19.450	29/09/2017
Seguro de veículos	Danos Materiais	10.042	10.042	16/04/2017

Notas Explicativas

Todas as apólices de seguros patrimoniais (edificações, veículos) foram renovadas, visando não expor os bens patrimoniais da Companhia a riscos.

29. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES (em reais)

O valor total de remuneração aos administradores em 2016 foi de R\$ 474, sendo R\$430 **para diretoria** e R\$44 para o conselho, conforme previsto em estatuto.

30. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Compõem o conselho de administração:

Marcos Kassardjian – Presidente
Marcio Guedes Pereira Junior
Rogerio Pereira de Oliveira
Bruno Keesse Pinto
Alfredo Sergio Lazzareschi Neto

31. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DE ADESÃO À CÂMARA DE ARBITRAGEM

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante no Capítulo X - Do Juízo Arbitral, artigo 42 de seu estatuto social.

Arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado ('CAM'), na data de 29/10/2015

A Companhia pleiteia: (i) a invalidade de condição contratual contida no Acordo de Incorporação celebrado entre as partes em 02.12.2009, segundo a qual a Companhia estava obrigada a garantir, sob certas condições, cotação mínima para as ações entregues aos então acionistas da Pomifrai em virtude da operação de incorporação de ações, bem como (ii) a restituição à Companhia dos valores pagos a tais acionistas em virtude de referida garantia de preço mínimo das ações.

Arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado ('CAM'), na data de 18/12/2015

A Companhia pleiteia: (i) o reconhecimento da eficácia da reconsideração, deliberada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11/12/2015, (i.a) da aprovação das contas da antiga administração da Pomi Frutas relativamente aos exercícios de 2013 e 2014, assim como (i.b) da quitação outorgada aos administradores em tais exercícios (ou, sucessivamente, a anulação de tais aprovações de contas e outorgas de quitação); (ii) a declaração da invalidade da aprovação pelo conselho de administração da Companhia das contas da antiga administração da Pomi Frutas relativamente aos primeiros trimestres de 2015, assim como de quitação outorgada pelo referido conselho a membros da antiga administração; (iii) a declaração da invalidade de contratos de prestação de serviço de consultoria financeira celebrados pela Pomi Frutas com as sociedades RB, Private e Valor, com a condenação de tais sociedades, em solidariedade com os demais Requeridos, a indenizarem a Pomi Frutas pelas perdas e danos sofridos em decorrência dos mencionados contratos; e (iv) a condenação dos antigos controladores e membros da administração da Companhia, respectivamente, por abuso de poder de controle e desrespeito a deveres fiduciários, com a sua condenação a indenizar a Pomi Frutas pelas perdas e danos sofridos em razão dos atos irregulares praticados.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 10 de março de 2017, a Companhia aderiu ao parcelamento dos valores Previdenciários inscritos em Dívida Ativa na PGFN - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com prazo total para pagamento de 180 meses, conforme cronograma previsto na portaria nº 152.

Notas Explicativas

Marcos Kassardjian

Diretor

Luís Antônio López Quintañs

Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da

POMI FRUTAS S.A.

Fraiburgo - SC

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da POMI FRUTAS S.A. (“Companhia”), identificadas como “Controladora” e “Consolidado”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da POMI FRUTAS S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

BASE PARA OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

INCERTEZA RELEVANTE RELACIONADA COM A CONTINUIDADE OPERACIONAL

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal dos negócios. A Companhia e a Controlada POMIFRAI FRUTICULTURA S.A., em suas operações normais, não vem gerando resultados suficientes para cobrir os custos de produção, as despesas comerciais administrativas e financeiras e as obrigações com terceiros, gerando prejuízos consecutivos desde o exercício de 2009. Dessa forma, a continuidade das operações fica sujeita à redução de custos, cumprimento do Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA, captação de novos recursos financeiros, além de outras medidas administrativas que visem estabelecer um fluxo de caixa capaz de permitir o equilíbrio econômico e financeiro da Companhia e de sua Controlada. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

ÊNFASE

Conforme mencionado na nota explicativa nº3, em decorrência da mudança na prática contábil de reconhecimento das dívidas renegociadas por meio do Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, e o saldo de abertura de 1º de janeiro de 2015, apresentados para fins comparativos, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 ou CPC 23 (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA (“PAA”)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos nas seções “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional” e “Ênfases”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA (PAA) – CONTINUAÇÃO

Estoques, custos e operações de fomento com produtores

Porque é um “PAA”

Conforme descrito nas notas explicativas nº7 e 9, a Companhia e sua controlada possuem saldos relevantes em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativos a “Estoques de produtos em formação” e “Adiantamentos a fornecedores rurais”, respectivamente. Os “Estoques em formação” são compostos, substancialmente, dos custos em formação da safra de maçãs próprias, acrescidos dos custos apurados no Packing House (armazenagem, classificação e embalagem da fruta), enquanto os “Adiantamentos a fornecedores”, são compostos por adiantamentos a produtores rurais com os quais a Companhia e sua controlada possuem contratos de fomento para a preparação da safra.

Considerando a relevância dos montantes registrados e movimentados ao longo do exercício, consideramos essas áreas como um dos focos de nossa auditoria, uma vez que, o registro e a valorização dessas operações podem impactar diretamente o custo dos produtos vendidos, e conseqüentemente o resultado do exercício.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram testes documentais dos gastos capitalizados em ambas as rubricas contábeis, testes de valorização dos estoques, testes de revisão do custo médio, avaliação da necessidade de constituição de provisões para perdas, exame dos contratos junto aos produtores fomentados, exame documental e financeiro das movimentações junto aos produtores fomentados.

Não identificamos aspectos que nos levassem a considerar necessárias modificações relevantes nos valores e informações divulgadas nas demonstrações financeiras, que se encontram de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA (PAA) – CONTINUAÇÃO

Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA

Porque é um “PAA”

A Companhia possui dívidas renegociadas por meio do Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA, no valor de R\$90.230 mil em 31 de dezembro de 2016, sendo que, o referido programa condiciona à aquisição de Certificados do Tesouro Nacional (“CTN”), por parte dos devedores, com valor de face equivalente ao da dívida a ser renegociada, cujos valores contratados pela Companhia em 31 de dezembro de 2016 somam R\$59.847 mil, o que resulta em um descasamento de R\$30.383 mil.

Consideramos a rubrica de “Financiamentos - PESA”, nota explicativa nº17, como de extrema relevância para auditoria, pois a correta valorização, contabilização e apresentação dos passivos e ativos envolvidos nessa operação, depende de uma correta aplicação das premissas de atualização, bem como pela utilização de documentação hábil e atualizada por parte da administração da Companhia e das instituições financeiras, para proceder aos devidos registros contábeis. A mensuração incorreta desses ativos e passivos poderia distorcer de forma significativa as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a obtenção e análise dos extratos bancários, obtenção e confronto das respostas às nossas cartas de circularização com os registros contábeis líquidos apresentados na rubrica “Financiamentos - PESA” em 31 de dezembro de 2016, revisão dos cálculos relativos ao reconhecimento do valor temporal dos Certificados do Tesouro Nacional (“CTN”) e respectivos juros PESA, revisão e recálculo das receitas e despesas financeiras oriundas da contabilização dessa operação ao longo do exercício, e revisão dos passivos tributários originados a partir dessa operação.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação dos valores dos ativos e passivos vinculados aos Financiamentos - PESA, bem como as divulgações efetuadas, são apropriados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA (PAA) – CONTINUAÇÃO

Renegociação com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (“BRDE”)

Porque é um “PAA”

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia concluiu o processo de renegociação junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (“BRDE”), referente às suas dívidas e da sua subsidiária integral Pomifrai Fruticultura S.A. (“Pomifrai”).

Conforme negociação efetuada entre as partes, cujos termos encontram-se devidamente divulgados na nota explicativa nº16, houve uma série de mudanças em relação ao valor da dívida, prazo de vencimento, bens oferecidos em garantia, além da alienação fiduciária de imóveis da Companhia como forma de quitação de parcela substancial de referido passivo.

Devido à representatividade dos valores envolvidos na repactuação dessa dívida, bem como em decorrência das diversas variáveis que envolveram essa negociação, eventuais falhas nos controles internos da Companhia, bem como na correta interpretação e registro contábil dessa operação, poderiam ocasionar distorções relevantes nos saldos contábeis, assim como a ausência de divulgação de informações relevantes dessa operação aos usuários das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram análise dos Instrumentos de Repactuação da dívida da Companhia e de sua controlada, entendimentos e discussões com a administração sobre a natureza da operação, exame dos registros contábeis efetuados, avaliando se os mesmos estavam condizentes com os termos repactuados entre as partes, e avaliação das divulgações das informações contábeis divulgadas ao mercado.

Não identificamos aspectos que nos levassem a considerar necessárias modificações relevantes nos valores e informações divulgadas nas demonstrações financeiras, que se encontram de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA (PAA) – CONTINUAÇÃO

Valor justo das propriedades para investimento

Porque é um “PAA”

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 28 - Propriedade para investimento (equivalente à norma internacional IAS 40), esses ativos são oriundos de propriedades mantidas para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas, e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas ou ainda para venda no curso ordinário do negócio. A propriedade para investimento deve ser inicialmente avaliada pelo seu custo, mas a cada encerramento de balanço a entidade deverá avaliar este ativo pelo valor justo, se este puder ser calculado de forma confiável, e se esta for a opção escolhida pela Companhia, conforme determina o CPC.

Conforme mencionado nas notas explicativas nº13 e 16, as propriedades para investimento da Companhia foram incluídas na negociação realizada junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul ("BRDE"), sendo que, a transferência definitiva da posse dessas propriedades deverá ocorrer em até 10 anos.

Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria considerando que o valor atribuído a esses bens durante o processo de renegociação da dívida poderia, eventualmente, ser menor que o valor contábil registrado para esse bem, podendo haver a necessidade de constituição de provisão de Impairment para adequar o valor contábil desse bem ao seu valor negociável.

Como nossa auditoria endereçou o assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão do laudo técnico emitido por empresa especializada, revisão detalhada dos Instrumentos de Renegociação, visando avaliar se os valores negociáveis desses bens não estavam inferiores aos seus respectivos registros contábil, sendo que, nessa avaliação, concluímos não haver necessidade de reconhecimento de Impairment para referidos bens.

Não identificamos aspectos que nos levassem a considerar necessário modificações relevantes nos valores e informações divulgadas nas demonstrações financeiras, que se encontram de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA (PAA) – CONTINUAÇÃO

Provisão para passivos contingentes

Porque é um "PAA"

De acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia registra provisão para contingências com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada "provável". Esta avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis, sendo que os processos com expectativa de perda considerada como "possível" são apenas divulgados nas notas explicativas, conforme requerido pela supramencionada norma.

A Companhia e sua controlada apresentam passivos contingentes decorrentes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos seus negócios, movidos por terceiros, ex empregados, ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária. Além disso, e conforme divulgado na nota explicativa nº 31, a Companhia está vinculada a 2 (duas) arbitragens na Câmara de Arbitragem do Mercado - CAM.

Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

Adicionalmente, além dos aspectos subjetivos na determinação da possibilidade de perda atribuída a cada processo, a evolução da jurisprudência sobre determinadas causas nem sempre é uniforme. Nesse contexto, consideramos essa uma área como relevante para auditoria, visto que os passivos atualmente registrados pela Companhia poderiam não ser suficientes para cobrir eventuais perdas nas referidas discussões.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a obtenção e análise de cartas de confirmação (circularização) junto aos consultores jurídicos internos e externos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca dos processos judiciais em andamento, com as posições determinadas pela Administração da Companhia, bem como a realização de reuniões periódicas com a Administração e assessores jurídicos para discutir a evolução dos principais processos judiciais em andamento.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para passivos contingentes, bem como as divulgações efetuadas, são apropriados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e encontram-se de acordo com o requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

OUTROS ASSUNTOS

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração obtido antes da data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS – CONTINUAÇÃO

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS – CONTINUAÇÃO

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público

Fraiburgo, 24 de março de 2017

Ricardo José Patine Filho

Sócio Diretor

CRC 1SP252050/O-9

Verdus Auditores Independentes

CRC 2SP027296/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

POMI FRUTAS S.A.

CNPJ Nº 86.550.951/0001-50

NIRE Nº 42.300.010.456

FRAIBURGO – SANTA CATARINA

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, os Diretores da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 da Pomi Frutas S/A; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independente relativo às demonstrações financeiras consolidadas acima referidas.

Composição da Diretoria

Marcos Kassardjian Diretor

Luis Antonio López Quintañs Diretor de relações com investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

POMI FRUTAS S.A.

CNPJ Nº 86.550.951/0001-50

NIRE Nº 42.300.010.456

FRAIBURGO – SANTA CATARINA

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Senhores Acionistas,

Para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, os Diretores da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 da Pomi Frutas S/A; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independente relativo às demonstrações financeiras consolidadas acima referidas.

Marcos Kassardjian Diretor

Luis Antonio López Quintañs Diretor de relações com investidores

Miranda Joana Comerlatto Contadora / CRC 026972/O-0